

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.210.400 - PE (2017/0300938-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : ARIZONA PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA  
**ADVOGADOS** : FRANCISCO LOUREIRO SEVERIEN E OUTRO(S) - PE021720  
MATHEUS FERREIRA MACEDO - PE040766  
**AGRAVANTE** : CLARO S.A  
**ADVOGADOS** : ALBERICO EUGENIO DA SILVA GAZZINEO E OUTRO(S) -  
SP272393  
NICOLAU OLIVEIRA DE SÁ - PE033029  
**AGRAVADO** : OS MESMOS

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto por CLARO S.A. contra decisão que inadmitiu o recurso especial por incidência das Súmulas n. 7, 83 e 211 do STJ (e-STJ fls. 966/968).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fls. 729/730):

AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE EXTINGUIU EXECUÇÃO COM BASE NO ARTIGO 794, I DO CPC. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO DÉBITO EXEQUENDO. DECISÃO AGRAVADA COM NATUREZA JURÍDICA DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA ATACÁVEL PELA VIA DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO INSTRUMENTAL CONHECIDO. MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO DE OFÍCIO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO. MATÉRIA RESTRITA À IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DA EXECUTADA. PRECLUSÃO. VALORES INCONTROVERSOS. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO NOS TERMOS APRESENTADOS PELA CREDORA. REANÁLISE DO VALOR DA MULTA COMINATÓRIA. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE COISA JULGADA. REDUÇÃO PARA EVITAR ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DA EXEQUENTE. INEXISTÊNCIA DE AFRONTA OU VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA REFORMA TIO IN PEJUS. RECURSO AO QUAL SE DÁ PARCIAL. DECISÃO UNÂNIME

1. Como é cediço, na hipótese de total rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença em que o juízo esteja garantido parcialmente - ou seja, havendo ainda a necessidade de depósito do valor da dívida ou de realização de atos constritivos (hipótese dos autos) -, a decisão que rejeitar a impugnação será, sem sombra de dúvida, interlocutória (atacável pela via do agravo de instrumento), posto que novos atos do Juiz (art. 162 do CPC) deverão ser produzidos no processo a fim de dar prosseguimento à execução, tais como nova intimação para depósito do valor do débito, aplicação da multa prevista no art. 475-J e eventual penhora dos bens necessários à satisfação do crédito exequendo.

2. Compete ao devedor alegar em sua impugnação ao cumprimento de sentença a existência de eventual excesso de execução, sob pena de preclusão da matéria.

Ademais, a ausência de alegação do excesso de execução como matéria de defesa na impugnação faz com que a quantia exequenda se torne incontroversa, ou seja, não mais passível de questionamentos posteriores.

3. O valor referente à multa cominatória pode, a qualquer tempo, ser alterado (reduzido ou majorado), de ofício ou a requerimento da parte, mesmo após o trânsito em julgado da sentença, quando o julgador entender que as astreintes se tornaram insuficientes, excessivas ou desnecessárias, de maneira que a decisão que comina as astreintes não preclui, tampouco faz coisa julgada.

É mister enfatizar que a redução de ofício da multa cominatória é perfeitamente possível e admissível sem que isso implique violação, tampouco ofensa ao princípio da *reformatio*

*in pejus*. Há e se ressaltar, ainda, que a redução da multa cominatória não caracteriza a *reformatio in pejus* porquanto a norma que a regulamenta expressamente faculta referida possibilidade, não limitando sua aplicação/redução/majoração aos pedidos formulados pelas partes, tampouco, ao grau de jurisdição.

4. Recurso conhecido e, no mérito, parcialmente provido. Decisão Unânime.

Os embargos de declaração opostos pela recorrida foram rejeitados (e-STJ fls. 773/785).

As razões do recurso especial (e-STJ fls. 841/855), fundamentadas no art. 105, III, alínea "a", da CF, versavam sobre afronta:

(i) aos arts. 461, § 6º, do CPC/1973 e 537, § 1º, do CPC/2015, porque "o valor arbitrado a título da multa cominatória demonstra exagerado, devendo ser reduzido para valores mais harmônicos com o objeto da ação e do conteúdo econômico que a sentença trouxe à recorrida" (e-STJ fl. 848),

(ii) ao art. 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015, pois os honorários deveriam ser arbitrados em valor equitativo, requerendo que se reduza "o valor para quantia não superior a R\$ 10.000,00 que atende com razoabilidade e proporcionalidade a remuneração a título de honorários de sucumbência na fase de execução provisória" (e-STJ fl. 855).

No agravo (e-STJ fls. 841/855), afirma a inaplicabilidade das Súmulas n. 211, 7 e 83 do STJ.

A agravada apresentou contraminuta (e-STJ fls. 1.035/1.048).

É o relatório.

Decido.

#### ***Das astreintes***

Esta Corte firmou o entendimento de que somente em casos excepcionais, quando manifestamente irrisório ou exorbitante o valor fixado a título de *astreintes* pela instância *a quo*, é possível o afastamento do óbice da Súmula n. 7/STJ, para possibilitar sua revisão.

No presente caso, a fim de reduzir o valor da multa diária, o Tribunal de origem assim se manifestou (e-STJ fl. 742):

No caso dos autos, considerando as particularidades aqui apresentadas, bem como a natureza da obrigação judicial descumprida (não inserir o nome autoral no cadastro de inadimplentes ou, caso já incluído, retirá-lo imediatamente), sem olvidar do efetivo tempo (cerca de 650 dias segundo os cálculos do juízo de piso) de descumprimento da ordem judicial, acredito que o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) é justo, razoável e proporcional a ser arbitrado a título de *astreintes*, visando penalizar a devedora pelo inadimplemento da prestação que lhe foi imposta e, concomitantemente, não causar o enriquecimento excessivo da credora/agravante, que, durante este tempo teve o seu nome indevidamente negativado perante o cadastro dos maus pagadores, o que, inquestionavelmente, macula sua honra, boa fama e respeitabilidade perante a sociedade, além de dificultar a obtenção de crédito.

Com efeito, não se verifica nenhuma situação excepcional, apta a superar o

referido óbice, uma vez que a definição do montante da multa cominatória em R\$ 100.000,00 (cem mil reais) pelo descumprimento de decisão judicial, está pautada por critérios de moderação, proporcionalidade e razoabilidade.

Acrescente-se que a referida multa apresenta caráter inibitório, visando impedir a violação de um direito, de modo que sua fixação deve ser de tal monta que não frustre os seus objetivos. Por outro lado, o seu valor não pode servir para o enriquecimento sem causa da parte recorrida.

No presente caso, a quantia arbitrada não se mostra excessiva, a justificar sua reavaliação em recurso especial. A esse respeito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. MULTA DIÁRIA. VALOR. REDUÇÃO. INVIABILIDADE. ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/1973. MULTA. EMBARGOS PROTETÓRIOS. MULTA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. DESCABIMENTO.

1. Rever os fundamentos do acórdão recorrido, no sentido de alterar o valor das astreintes, encontra o óbice de que trata a Súmula nº 7/STJ.

2. Não escapa a parte recorrente da imposição da multa de que trata o parágrafo único do art. 538 do Código de Processo Civil de 1973 ante a oposição de declaratórios de caráter manifestamente protelatório.

3. Na hipótese, não há falar em litigância de má-fé, pois o agravante interpôs recurso legalmente previsto no ordenamento jurídico, sem abusar do direito de recorrer.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AgInt nos EDcl no AREsp 615.007/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 24/10/2017.)

### **Dos honorários**

Quanto aos honorários, a solução da controvérsia no presente recurso pressupõe que se examine a força cogente dos limites mínimo e máximo estabelecidos no art. 85, § 2º, do CPC/2015 para os honorários advocatícios sucumbenciais, ressalvadas as exceções previstas nos §§ 3º e 8º do mesmo dispositivo legal.

A nova lei processual previu as situações nas quais o juiz pode arbitrá-los por apreciação equitativa, restringindo-as às causas "em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo" (art. 85, § 8º).

Ocorre que, a par da impossibilidade de se aplicar critérios de equidade nas hipóteses não expressamente previstas em lei (CPC/2015, art. 140, parágrafo único), o CPC vigente é expresso em dispor que os limites percentuais previstos em seu art. 85, § 2º, aplicam-se "independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito" (§ 6º).

Assim, é imprescindível que a verba honorária sucumbencial fixada em favor dos advogados da recorrida observe o limite mínimo estipulado em dispositivo legal vigente,

consoante entendimento consagrado pela Segunda Seção do STJ:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.

2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.

4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido.

(REsp 1.746.072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/2/2019, DJe 29/3/2019.)

Desse modo, a base de cálculo para os honorários advocatícios deve ser fixada da seguinte forma: em primeiro lugar, o valor da condenação, em segundo lugar (ou seja, somente na hipótese em que não houver condenação), o proveito econômico obtido pelo vencedor, e, em terceiro lugar (ou seja, situação na qual não há condenação, tampouco é possível mensurar o proveito econômico), o valor da causa.

Sendo possível mensurar o proveito econômico obtido pela recorrida, sobre este

# *Superior Tribunal de Justiça*

devem incidir os honorários advocatícios.

Incide, portanto, a Súmula n. 83 do STJ.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator